

Finanças

Índice da Anbima que acompanha papéis de maior duração registra rentabilidade média de 35% nos últimos 12 meses até o final de fevereiro, mas especialistas alertam para volatilidade futura

Título de longo prazo oferece ganhos reais acima de 5% ao ano no Tesouro

INVESTIMENTOS

Ernani Fagundes
São Paulo
ernanif@dci.com.br

● Mesmo com a recente baixa dos juros nesse início de 2017, os títulos de longo prazo com mais de cinco anos até o vencimento final ainda oferecem rentabilidade real acima de 5% ao ano aos seus investidores do Tesouro Nacional.

Esse segmento representa 27% da dívida pública federal ou R\$ 796 bilhões em patrimônio, sendo que R\$ 15,36 bilhões foram adquiridos por pessoas físicas no Programa de Compra e Venda de Títulos Públicos pela Internet, o chamado Tesouro Direto.

Na avaliação de especialistas consultados pelo DCI, esse patamar de juros reais de 5% ao ano ainda é bastante atrativo às pessoas que pretendem formar um patrimônio financeiro para projetos de longo prazo como: a compra de um imóvel; uma reserva para a educação dos filhos quando estiverem na universidade; ou mais tranquilidade na aposentadoria.

“Mesmo com a queda dos juros pelo Tesouro, essa rentabilidade real acima de 5% ao ano está entre as maiores do mundo”, afirmou o sócio-fundador da L&S Educação, Alexandre Wolwacz.

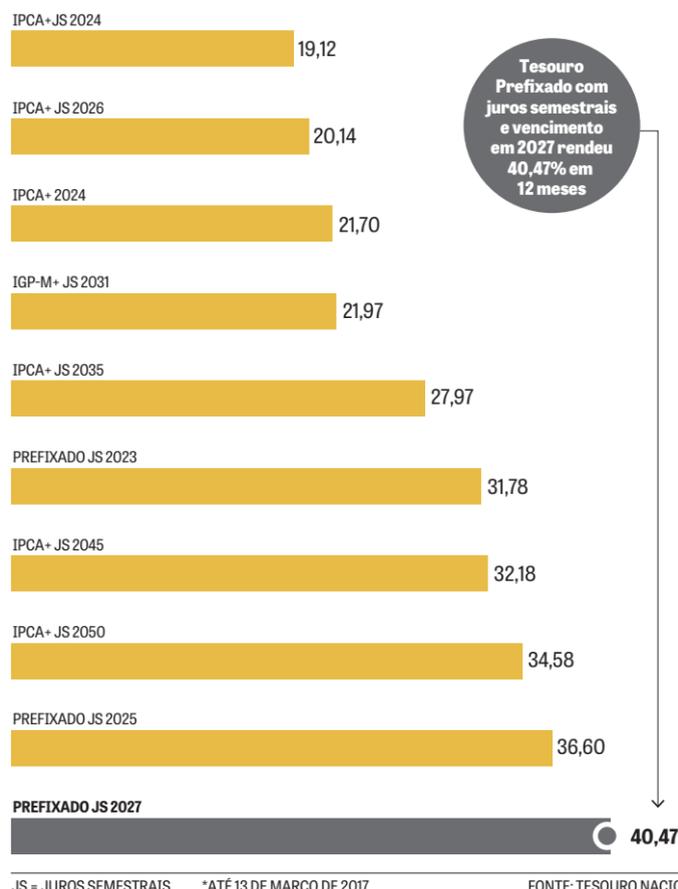
Nos últimos 12 meses até o final de fevereiro, os títulos de longo prazo com mais de cinco anos (Ima-B 5+) renderam em média 35,22%, conforme o índice calculado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

“Com a queda dos juros e da expectativa de taxa futura, os títulos mais antigos [que

HORIZONTE DISTANTE E LUCRATIVO

Rentabilidade nominal dos títulos de longo prazo nos últimos 12 meses

► Em %*



JS = JUROS SEMESTRAIS *ATÉ 13 DE MARÇO DE 2017

FONTE: TESOURO NACIONAL

prometiam ganhos maiores] tiveram uma valorização muito boa. Quem possui esses papéis não deveria se desfazer [vender] deles, pois nenhuma outra aplicação de renda fixa vai render mais no mercado”, argumentou o educador financeiro Thiago Nigro.

Na mesma linha, Wolwacz

complementa que investidores mais atentos ao mercado estão vendendo os papéis de longo prazo para realizar lucros. “Muitos traders estão preferindo colocar o dinheiro no bolso. Mas se ficar com os papéis em carteira até o vencimento terão uma ótima rentabilidade”, diz. Segundo o diretor da Ativa

Wealth Management, Arnaldo Curvello, dificilmente num horizonte dos próximos 12 meses, os títulos de longo prazo vão apresentar um movimento expressivo como o ocorrido no último ano. “É pouco provável repetir esse desempenho”, diz.

Mas Curvello considera que se aprovada a reforma da Previdência Social e se o governo conseguir endereçar (encaminhar) outras reformas como a trabalhista e a tributária, provavelmente o ambiente ficará mais favorável à economia.

“Aprovando as reformas, essas taxas [praticadas atualmente] são muito boas. Mas há o risco de algum momento de volatilidade daqui para frente”, alerta o diretor da Ativa.

Na avaliação de Francis Wagner, do APP Renda Fixa, o investidor pessoa física deve considerar os riscos de longo prazo. “Ninguém consegue saber como estará nossa economia. É importante verificar a inflação e olhar para os juros reais”, recomendou Wagner.

Ele considera que no momento, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) está caindo mais rápido que a Selic, a taxa básica de juros definida pelo Comitê de Política Econômica (Copom) do Banco Central (BC). “Estamos num ciclo de queda dos juros. A economia tem ciclos [de alta e de baixa dos juros]. [Por isso] é sempre importante diversificar os investimentos”, aconselha.

Na argumentação de Wagner, com a queda mais acentuada da inflação, mesmo o título pós-fixado Tesouro Selic é uma aplicação rentável em termos de juros reais no curtíssimo prazo aos aplicadores.

O educador financeiro Thiago Nigro diz que o Tesouro IPCA é recomendado para quem tem um projeto bem definido

DIFERENÇAS

● O título Tesouro IPCA+ paga a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, mais juros reais no vencimento.

● Já o Tesouro IPCA+ JS remunera os aplicadores com juros semestrais. É preferido por fundos de pensão para pagar seus beneficiários.

● Há ainda o título público Tesouro IGP-M+ que paga a variação do Índice Geral de Preços do Mercado mais juros reais aos aplicadores.

para o longo prazo. “O valor do dinheiro dobra em 20 anos”, aponta. Dentro desse horizonte, essa aplicação carregada (levada) até o vencimento é válida para aquisição de imóveis, educação dos filhos ou para a formação de uma reserva financeira na aposentadoria.

Passado lucrativo

Dados do Tesouro Direto divulgados ontem confirmam que os papéis de longo prazo mostram rentabilidade nominal expressiva nos últimos 12 meses até 13 de março. O papel Tesouro IPCA+ com vencimento em 2024 registrou valorização de 21,70%, enquanto o Tesouro IPCA+ para 2035 exibiu ganhos de 43,17%.

Do patrimônio aplicado no Tesouro Direto, 36,9% dos papéis possuem prazo de vencimento superior a cinco anos. E do comportamento dos investidores pessoas físicas do Tesouro Direto, 49,8% preferem os títulos indexados à inflação como Tesouro IPCA+ e Tesouro IPCA+ com juros semestrais, que pagam rentabilidade real.

Recuperação de crédito cai 1,4% em fevereiro

INDICADORES

Da Redação
São Paulo
redacao@dci.com.br

● O indicador de recuperação de crédito, medido pela Boa Vista SCPC apontou queda de 1,4% em fevereiro contra janeiro, descontados os efeitos sazonais. Na variação acumulada dos 12 meses, a alta foi de 2%, enquanto na análise interanual houve recuo de 7,4%.

Na comparação dos 12 meses em termos regionais, as regiões Sudeste e Nordeste mostraram alta de 5,2% e 0,7%, respectivamente. As demais regiões, porém, mostraram quedas: Sul recuou 2,7%, Centro-Oeste -2,9% e a região Norte caiu 3,1%.

Apesar das divergências

dos indicadores regionais, a média brasileira de recuperação de crédito apresentou uma ligeira melhora nos valores acumulados em 12 meses.

Demanda por crédito

Já o último dado divulgado pela Boa Vista SCPC sobre a demanda por crédito do consumidor revelou que essa procura aumentou 1,4% em janeiro, na avaliação dessazonalizada contra dezembro.

Porém, na avaliação dos valores acumulados em 12 meses (fevereiro de 2016 até janeiro de 2017 frente aos 12 meses antecedentes) houve retração de 9,2%, enquanto na análise interanual (contra o mesmo mês do ano anterior) houve queda de 1,9%.

Considerando os segmentos que compõem o indicador, a avaliação em 12 meses mos-

trou que nas instituições financeiras houve queda de 14,7%, enquanto para o segmento não-financeiro a diminuição foi de 5,9%.

Apesar de algumas melhorias econômicas já em curso, os resultados da tendência do indicador ainda mostram uma demanda por crédito fragilizada. Fatores como altas taxas de juros, rendimentos reais negativos e desemprego elevado ainda se mostram como variáveis condicionantes deste cenário, que impõem maior cautela e aversão ao consumo por parte das famílias. Apesar disso, a perspectiva de redução de juros e inflação deve aumentar a confiança dos agentes e, consequentemente, contribuir para a retomada da procura por crédito por parte dos consumidores a partir do segundo semestre deste ano.

DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DA UNIÃO



RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 25/ 2017

1.1. A Defensoria Pública-Geral da União, por intermédio do Pregoeiro, torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 25/2017 – Objeto: O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sob demanda, de organização de eventos e serviços correlatos, a serem realizados pela Defensoria Pública da União, nos estados da Região Sudeste e no Distrito Federal, compreendendo o planejamento operacional, organização, execução e acompanhamento, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos, compreende-se como eventos: cursos, oficinas de trabalho, coletivas, lançamentos, reuniões, workshops, eventos para a promoção de instalação de novas sedes nos estados, encontros de autoridades internacionais, mutirões de atendimento, itinerantes de atendimento etc., do Processo nº 08038.001499/2016-22. Foi adjudicado e homologado o objeto à empresa: BARCELO EVENTOS EIRELI-ME, CNPJ: 19.086.382/0001-46.

A licitação foi realizada pelo critério do tipo Menor Preço por Item, sendo a presente contratação adjudicada e homologada pelas autoridades competentes em 09 de março de 2017 e publicada no D.O.U. em 13 de março de 2017 - Seção 3.

O Pregoeiro informa ainda que os autos do processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da DPGU.

MARCILIO RODRIGUES PENHA
Pregoeiro / DPGU